

Terra regularizada

Gizella Rodrigues

Dentro de dez dias, cerca de 16,5 mil produtores rurais do Distrito Federal poderão resolver um problema que perdura há mais de 30 anos: a posse das terras em que plantam seus produtos. A governadora Maria de Lourdes Abadia assinou, ontem, decreto que dá início ao processo de licitação dos imóveis. Até o próximo dia 18, a Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) deverá lançar os editais da licitação que vai regularizar as terras rurais públicas do DF.

Segundo dados da Federação de Agricultura e Pecuária do DF, dos 900 mil hectares que formam o DF, 420 mil são de área rural. Ao todo, são mais de 19 mil imóveis rurais com tamanhos que variam entre dois e mil hectares. Cerca de 70% são médios e pequenos produtores, com propriedades de dois a 50 hectares. Apenas 13% dos imóveis, pouco mais de 2,4 mil, são regularizados. O restante tem a posse da terra, é arrendatário ou possui cessões de direito de uso. Dessa forma, eles não têm direitos reais sobre as terras.

Ao participar da licitação, os produtores não comprarão os imóveis. Eles receberão um documento de Concessão de Direito Real de Uso — uma espécie de escritura pública — que concede ao proprietário o direito de transferir as terras para terceiros, como filhos e netos, desde que tenha a anuência da Terracap. "Ele só não poderá vendê-las", explica a presidente da Terracap, Maria Júlia Monteiro.

■ Preferência

Os atuais ocupantes dos imóveis terão preferência na licitação. Para isso, eles não precisam ter qualquer documento que comprove a posse, pois a Terracap fará vistorias nas áreas. Para concorrer, os produtores deverão apenas pagar uma taxa em um valor, no mínimo, cinco vezes maior que o Imposto Territorial Rural (ITR), que varia de

19
MIL

PROPRIEDADES RURAIS
ESTÃO ESPALHADAS EM
420 MIL HECTARES DO
DF. APENAS 13% DOS
IMÓVEIS SÃO
REGULARIZADOS.
O RESTANTE TEM
APENAS CONTRATOS
DE ARRENDAMENTO
DA TERRA

acordo com a produção de cada terreno. "Quanto maior a produção, menor o imposto", explica Maria Júlia. A taxa deverá ser paga anualmente como contrapartida durante os 60 anos de validade da Concessão de Direito Real de Uso (o documento vale por 30 anos e pode ser renovado por mais 30).

■ Etapas

A licitação será feita por etapas. Maria Júlia disse que, no primeiro momento, entre 50 e 80 lotes serão disponibilizados. Ela, porém, não quis adiantar quais locais serão beneficiados primeiro. "Se eu disser, estarei adiantando o edital e isso é ilegal", justificou. Segundo a presidente da Terracap, o edital deverá permanecer por 30 dias na rua e, depois do prazo, já é possível fazer a licitação.

Apenas terrenos da Terracap participarão da licitação. Para ganhar a terra, os produtores deverão ter o Plano de Utilização (PU), que aponta o tipo de produção desenvolvida no local, aprovado pela Secretaria de Agricultura. Além disso, a terra deverá ser registrada no Incra.

O novo secretário de Agricultura, Mário Ikeziri, tomou posse ontem, na mesma solenidade. Ele substituiu Wilmar da Silva, que deixou o cargo para trabalhar na campanha de Arruda.



■ ABADIA: "COLOCANDO OS PRODUTORES NA LEGALIDADE, ESTAMOS DANDO SEGURANÇA A ELES, QUE PODEM FAZER SUAS COLHEITAS"

A LICITAÇÃO

- O edital será publicado em dez dias pela Terracap
- Na primeira etapa, entre 50 e 80 lotes serão disponibilizados para licitação
- Para participar do processo, será preciso pagar uma taxa de, no mínimo, cinco vezes o valor do Imposto Territorial Rural (ITR). O mesmo valor será cobrado anualmente do produtor
- Depois da licitação, o produtor vai receber um documento de Concessão de Direito Real de Uso, uma espécie de escritura pública que dá a ele o direito de transferir a terra a terceiros
- Os atuais ocupantes das áreas terão direito a prioridade. Para isso, não é preciso ter nenhum documento apenas comprovar a ocupação da terra. A Terracap fará vistorias nas áreas
- Só serão licitados lotes da Terracap que tenham registro no Incra